

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/vídeo



Vídeo da União Progressista responde ao PT

Aconteceu primeira batalha de IA. Está só começando

Nos últimos dias, o Brasil assistiu à primeira grande batalha política brasileira com o uso de Inteligência Artificial. O PT, primeiro, fez vídeos para discutir a ideia de justiça tributária, dizendo que o Congresso está ao lado dos ricos. Então, a Federação União Progressista, que une União Brasil e PP usou do mesmo modelo para dizer que o governo e o PT mentem na sua narrativa, que

mais impostos elevam o Custo Brasil, e o resultado é que todos pagam ao final dessa conta. Vídeos extremamente parecidos. Com o uso das mesmas ferramentas. Tendo como resultados a mesma velocidade e eficiência. Para o especialista Marcelo Senise, presidente do Instituto pela Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria), foi o primeiro duelo. E o que está por vir preocupa.

Prelúdio

“É somente o prelúdio do que está por vir”, observa. “E o que está por vir é extremamente perigoso”, alerta. “No campo político, pode colocar em risco a democracia, a nossa capacidade de escolha, levando a manipulação a níveis nunca vistos ou mesmo imaginados”.

Preditiva

Com a bagagem de quem já usa IA desde 2018, Senise tem convicção de que o uso não foi apenas na produção dos vídeos. “Houve IA generativa e IA preditiva”, assegura. No caso, a IA preditiva é a que sonda o humor e a emoção das pessoas, entregando a elas o que querem ver.



Senise: risco é não distinguir o que é real ou irreal

Estratégia furou a bolha da esquerda e viralizou

Nessa hipótese, o primeiro passo esteve em justamente determinar que palavras, que ideias, que imagens atingiriam o emocional das pessoas que pagam impostos. Então, foi feita uma reunião com influenciadores digitais, que foram orientados como compartilhar os conteúdos e fazer com que atingissem o

maior número de pessoas. Como o Correio Político mostrou, o conteúdo furou a bolha e atingiu fortemente pessoas que normalmente estão fora do debate político. “Quando fura a bolha, a coisa transborda, viraliza, vira torrente”, explica Senise. Até agora, tudo ficou no campo normal da disputa política. Até agora.

Real ou não?

Há um relatório publicado nos Estados Unidos produzido pela Universidade de Stanford que indica que 83% das pessoas atingidas por conteúdos de IA não conseguem distinguir o que é real ou não. Nos vídeos produzidos aqui, isso ainda foi possível.

Regras

Por isso, Marcelo Senise prega fortemente a necessidade de uma regulamentação. Que terá de ser muito bem discutida, muito bem pensada, ouvindo especialistas. “E isso precisa ser feito urgentemente. Não podemos chegar à eleição sem essa regulamentação”.

Manipulação

“Quando as pessoas não distinguem o que é real ou não, qualquer possibilidade de manipulação vira possível”, alerta Senise. “As escolhas políticas poderão ficar alheias de fato à vontade do eleitor”, continua. “Poderemos ter um governante eleito por uma big tech”.

Consciência

Até agora resistente a essa ideia, o Centrão, que domina o Congresso, pode ter pela primeira vez atentado para a importância do tema. Como foi alvo, especialmente o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sentiu pela primeira vez o risco que se corre.

Governo e Congresso retomam debate do IOF

A expectativa é avançar em um acordo antes da audiência

Por Karoline Cavalcante

Diante da necessidade de construir um consenso sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a se reunir com os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O encontro ocorreu na noite de terça-feira (8), na residência oficial da presidência da Câmara, e marcou a retomada do diálogo após o Congresso Nacional aprovar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que revogou o decreto do governo sobre o tema.

Segundo Hugo Motta, a reunião foi produtiva, ainda que sem resultados conclusivos. “Reunião boa, serviu para retomar o diálogo e agora vamos seguir conversando para encontrar um caminho. Sem definição ainda”, afirmou.

Também participaram da reunião o advogado-geral da União, Jorge Messias; a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Na véspera do encontro, na segunda-feira (7), Haddad já havia sinalizado a possibilidade de retomada das negociações.

Em entrevista ao portal Metrôpoles, o ministro minimizou qualquer atrito com o presidente da Câmara e reforçou que o impasse em torno do IOF, na sua opinião, “não interessa a ninguém” no país.



Haddad quer chegar a acordo com Motta antes da conciliação

Solução?

Essa solução, porém, poderá chegar por meio do ex-presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), que avalia incluir alternativas arrecadatórias ao IOF em seu relatório do projeto de lei (PL 1087/2025), que amplia a faixa de isenção do imposto de renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil.

Ele propõe reduzir a alíquota de 10% proposta pelo governo federal, para 8% ou 9% à população que recebe acima de R\$ 1,2 milhão por ano.

“Todos estamos procurando a unanimidade na justiça tributária, mas temos uma série de questões que tem que ser resolvidas”, declarou Lira à imprensa na terça-feira.

A expectativa, tanto do Executivo quanto do Legislativo, é

chegar a um acordo — ou ao menos avançar nesse sentido — até a próxima terça-feira (15), quando representantes dos dois poderes se encontrarão em uma audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão será conduzida pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso.

Ação

Após ter sua medida derubada, o governo federal resolveu ingressar, na última terça-feira (1º), com uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) na Suprema Corte, sob a argumentação de que a decisão do Congresso interferiu em uma competência legítima do chefe do Executivo. O Partido Socialismo e Liberdade (Psol) já havia questiona-

do o PDL que sustou a mudança na alíquota do imposto por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Com isso, o Partido Liberal (PL) também apresentou uma ADI contra o aumento proposto pela equipe econômica.

Moraes determinou a suspensão das três ações apresentadas para que as partes envolvidas possam retomar as discussões. Em seu parecer, argumentou que além da independência entre os Poderes, a Constituição também estabelece a importância da harmonia entre eles.

“Inclusive porque esse indesejável embate entre as medidas do Executivo e Legislativo, com sucessivas e reiteradas declarações antagônicas, contraria fortemente a Constituição”.

STF deve ampliar investigações por desvios de emendas

Por Gabriela Gallo

Após a operação da Polícia Federal (PF) deflagrar mais um parlamentar suspeito de desviar ilegalmente recursos oriundos de emendas parlamentares, o Supremo Tribunal Federal (STF) ampliará as investigações sobre o tema. O ministro da Corte Gilmar Mendes, autorizou a abertura de um inquérito para investigar o suposto envolvimento de autoridades que tenham foro por prerrogativa de função (conhecido como foro privilegiado). Dentre os possíveis novos investigados estão o líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE); o deputado federal Yury do Paredão (MDB-CE), e o ex-presidente do Senado entre 2017 e 2019 Eunício Oliveira (MDB-CE).

Apesar de não serem alvos de investigação da operação policial, os nomes dos congressistas foram citados em diálogos e documentos colhidos pelas autoridades. Todos negam qualquer irregularidade envolvendo transferência de emendas. Por serem figuras políticas com foro por prerrogativa de função, as supostas investigações ocorrerão em sigilo.

O caso é motivado após a PF deflagrar, nesta terça-feira (8), a Operação Underhand que investiga desvios irregulares de recursos públicos destinados a cidades do Ceará por meio de emendas parlamentares. Foram emitidos mandados de busca e apreensão em Brasília e nos municípios de Fortale-



Segundo acusação, Júnior Mano pediria 15% de propina

za, Baixio, Canindé, Eusébio e Nova Russas. Principal alvo da operação, o deputado federal Júnior Mano (PSB-CE) teve o bloqueio de R\$ 54,6 milhões em suas contas bancárias e na quebra de dados de sigilo bancário e telefônico. O gabinete do parlamentar também foi alvo de busca e apreensão pelos agentes.

Desvio

O deputado Júnior Mano (PSB-CE) é acusado de investigado por manipular os resultados de eleições municipais em 51 cidades cearenses, através da compra de votos e desvios de recursos oriundos de emendas parlamentares. Dentre os municípios que receberam os recursos, os maiores

valores teriam sido destinados para Nova Russas, cidade comandada por Giordanna Silva Braga Mano (PRD), esposa de Júnior Mano que foi eleita prefeita da cidade nas eleições municipais de 2020.

Somente para Nova Russas foram repassados R\$ 18,7 milhões em emendas para, de 2021 a 2024. Os dados são do Portal da Transparência e divulgados pelo Poder 360. Segundo o último levantamento Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 2022, o município cearense tem uma população de 30.699 habitantes. Com isso, o valor equivale a R\$ 609,14 por pessoa.

As investigações da PF contra Júnior Mano começaram

após denúncias da ex-prefeita de Canindé Rozário Ximenes, que denunciou à polícia que o parlamentar, juntamente com Bebeto do Choró (PSB) – que concorreu à prefeitura de Choró (CE) em 2024 e chegou a ser eleito, mas não tomou posse porque era alvo de investigação – lideravam um esquema de lavagem de dinheiro oriundo de emendas. Segundo Ximenes, Júnior Mano concedia os recursos e Bebeto lavava o dinheiro. “A lavagem consiste em contatar o gestor, oferecendo por exemplo R\$ 1 milhão, com retorno de 15% pra ele”, disse a ex-prefeita à PF. De acordo com ela, a propina era cobrada para cada emenda encaminhada. O caso segue em investigação e a defesa do deputado federal nega as acusações.

Congresso

As emendas parlamentares é um tópico de extensos embates entre os poderes Legislativo e Judiciário. Enquanto enfrentam críticas por um lado, congressistas defendem que os recursos permite que os parlamentares possam destinar valores para municípios, por vezes, esquecidos pelo Poder Executivo. Em um novo bate-boca, durante participação na Comissão de Segurança Pública na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (9), o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, usou de seu discurso para pedir que parlamentares encaminhem emendas à PF. Deputados da oposição consideraram um deboche.